RBMT
www.rbmt.com.br
Notícias sem moagem

Sexta-Feira, 22 de Agosto de 2025

O Ambiental, o Social, a Governança e a Ignorância

LUCAS COSTA BEBER

Em 2004, resultado de uma provocação do então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, a um grupo de executivos de grandes instituições financeiras, surgiu a terminologia, ESG (Environmental, Social and Governance), ou simplesmente Governança Ambiental e Social, no nosso idioma. O que parecia novo, entretanto, na agropecuária brasileira chamamos há anos apenas de boas práticas de produção.

O Brasil é, sem dúvida, o espaço territorial com maiores oportunidades no que diz respeito à produção sustentável. Todavia, nossa sustentabilidade não está no futuro, mas nos acompanha desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. E os resultados dessa essência conservacionista são expressos em números que impressionam e atraem a curiosidade do mundo.

No que tange ao uso e ocupação do solo, por exemplo, somos um expoente da produção agropecuária e ainda preservamos uma área equivalente a mais de 43 países europeus. Embora muitos tentem forçar a ideia de uma dicotomia entre esses dois temas, a verdade é que damos aula de produção sustentável, e neste campo de atuação ainda não surgiu uma nação no globo terrestre que possa ser considerada nosso benchmarking.

Preservamos 66% do nosso solo coberto por vegetação, sendo mais de um quarto do território do nosso país preservado dentro de propriedades privadas. Aqui, no Brasil, os produtores rurais informam, voluntariamente, suas áreas de reserva legal e de preservação permanente aos órgãos de fiscalização, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), sujeitando-se às interpretações e ao controle estatal. Fica assim evidente que os bons são a maioria!

Em outro cenário muito distinto encontram-se os países europeus. Segundo a European Environment Agency, o bloco utiliza até 80% do seu solo para agricultura, silvicultura e infraestrutura. Apesar de constantemente avocarem o protagonismo pelo debate da pauta ambiental, a bem da verdade é que as nações do Velho Continente deveriam conhecer melhor nossas boas práticas.

Por outra ótica, a de emissão de CO_2, o Brasil lançou em 2021, no grupo “emissão por mudança de uso da terra” quase 993 milhões de toneladas, enquanto Estados Unidos e Europa lançaram juntos mais de 10 bilhões de toneladas de CO_2 na atmosfera pelo uso de combustíveis fósseis e atividade industrial (Global

Carbon Project). Curioso é que esse dado alarmante não seja minimamente explorado.

E o que dizer sobre o nível de liberalismo econômico da nossa produção agropecuária? Basta analisar os R$ 13 bilhões desembolsados pelo Tesouro no último Plano Safra, dinheiro que é aplicado na forma de equalização de taxas de juros, diante dos pagamentos diretos que são feitos pelo bloco europeu para os seus agricultores, o que de 2010 a 2014 representou algo em torno de 35% do orçamento da União Europeia.

A Common Agricultural Policy (CAP) ou Política Agrícola Comum Europeia, prevê para o período que vai de 2021 a 2027 um orçamento de €365 bilhões, distribuídos aos agricultores em forma de aporte direto, num limite anual estipulado de até €100,000 por indivíduo.

Naturalmente temos desafios, ajustes e rearranjos a fazer, mas nossos resultados na área ambiental são palpáveis. Concretos. Indiscutíveis.

Então, quando nos deparamos com destacadas figuras do Estado brasileiro, responsáveis por ampliar nossa competitividade externa, promover as exportações e os investimentos e, fomentar o desenvolvimento sustentável, atacando o setor que é a base da economia do país, nos perguntamos: seria ausência de conhecimento específico; ignorância literária ou mera incivilidade preconceituosa? De toda forma, a sedução pelos holofotes não pode suplantar nossos objetivos como Nação, sob o risco de jamais sermos respeitados por aquilo que somos.

Lucas Costa Beber é vice-presidente da Aprosoja-MT